

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

GLOBALIZAÇÃO E SOBERANIA

POR

MÁRIO JORGE BELL DE CAMPOS-
CEL INF QEMA

EXÉRCITO BRASIL

MONOGRAFIA
APRESENTADA AO
COLÉGIO
INTERAMERICANO DE
DEFESA ,COMO REQUISITO
PARA A OBTENÇÃO DO
DIPLOMA DO CURSO
SUPERIOR DE DEFESA
CONTINENTAL.

WASHINGTON, DC, ABRIL DE
1997

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

*Certifico que revisei esta
Monografia e a encontrei
ajustada às Normas e
Metodologia do CID.*

VALTER

BISCHOFF- CEL

Assessor

Coordenador

WASHINGTON,DC,23 Abr 97

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

NOTA ACLARATÓRIA

*As opiniões emitidas no
presente trabalho
são da exclusiva
responsabilidade do autor,
e não representam a posição do
CID.*

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

AUTORIZAÇÃO

*Autorizo o Colégio
Interamericano de Defesa
a publicação deste trabalho
como
Leitura Seleccionada na Revista do
Colégio.*

**MÁRIO JORGE BELL DE CAMPOS-
CEL**

WASHINGTON, DC, 21 Abr 97

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....
..... **1**

CAPÍTULO

I--
SOBERANIA.....
..... **3**

*II- GLOBALIZAÇÃO(EXPRESSÃO
ECONÔMICA)..... 8*

.

*III- GLOBALIZAÇÃO(EXPRESSÃO
POLÍTICA)..... 13*

.

*IV -GLOBALIZAÇÃO(EXPRESSÃO
PSICOSSOCIAL)....17*

*V- GLOBALIZAÇÃO(EXPRESSÃO
MILITAR)..... 21*

*VI-
CONCLUSÃO.....
..... .23*

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

1. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco - Dicionário de Política. 2ª Ed. Brasília-DF: Ed. Universidade de Brasília.

2. KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000/ Paul Kennedy; tradução de Waltensir Dutra- Rio de Janeiro. Ed Campus, 1989.

3. INOBUCHI, Takashi. The Standpoint of Global Change. Tokio: Chikuma Kobo, 1994. Resumo publicado na *Mershon International Studies Review*, Vol 40, Suplemento 2, Outubro 1996, pag 266.

4. ROWLANDS, Ian H. . The Politics of Global Atmospheric Change. Manchester University Press.

5. SUN-TZU. A arte da guerra- os documentos perdidos/ SUN-TZU II. Rio de Janeiro. Record, 1996.

6. **CPEAEX.** Resumo de Livros. *Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro: ECEME,1994.*

7. **LACHER, Hannes.** The Global Market vs National Sovereignty? *On the social forms of capitalism modernity.Paper prepared for the Annual Conference of the International Studies Association. Toronto , Canada, 18 -22 March, 1997. UCLA, Los Angeles, USA.*

- 8.**UNESCO.** Dicionário de Ciências Sociais. *Instituto de Estudos Políticos. Madrid, 1976.*

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
CLASSE XXXVI

RESUMO

*O trabalho compreende uma
apreciação da evolução do
conceito de SOBERANIA, a partir de
uma retrospectiva*

*histórica dos principais fatos que
caracterizaram as altera-
ções no entendimento do vocábulo, para
podermos verificar
quais as implicações práticas, na sua
aplicação em um
mundo globalizado.*

*A GLOBALIZAÇÃO é um fenômeno
antigo, de raízes
econômicas, mas que nos dias de hoje
vem sendo sentido*

em todas as expressões do poder.

A interação da ação do Estado, no exercício soberano do processo de tomada de decisões, com os tentáculos do mundo globalizado, dá-se, normalmente, em uma situação em que a competição por capitais fragiliza as economias .

Nesse caso, ocorre que o Estado pode se ver compelido pela situação a tomar uma decisão por pressão dos fatos.

Tal pressão pode vir acompanhada de uma outra, oriunda de Estados com maior poder, e que aproveitam para inserir itens que são de seu interesse.

Em muitos casos temos uma confrontação de poderes nacionais.

Ao verificar , campo por campo do poder como se dá o processo de globalização, ficam bem claro as implicações para um Estado, que disponha de um poder nacional reduzido.

Como, muitas vezes o que se joga são interesses nacionais, o país que dispuser de menor poder estará mais sujeito a ter que ceder , a ter que tomar decisões , muita vezes, contra a sua vontade.

Introdução

O tema apresentado para desenvolver envolve dois termos que possuem um grande componente emocional e que atuam sobre o nosso conceito de independência de forma muito intensa.

Discorrer sobre SOBERANIA e GLOBALIZAÇÃO, isoladamente, já é complexo, pois de acordo com a formação de cada pessoa, o modo de interagir com cada um destes termos é absolutamente dispar.

SOBERANIA tem uma estreita correlação com nacionalismo, independência, quase um conceito místico. Pode mesmo, em alguns casos, equivaler à sobrevivência do Estado.

GLOBALIZAÇÃO, um dos termos mais pronunciados e dos menos conhecidos, e por conseguinte compreendido, é visto, como processo de relacionamento, das mais diversas formas.

Dependendo do nível de desenvolvimento do país, e por que parcela dos fatores da produção é majoritariamente responsável(capital, matéria - prima, mão-de-obra, tecnologia), a percepção do fenômeno é diametralmente oposta.

O processo GLOBALIZAÇÃO, de natureza inicial econômica, possui um equivalente político, o GLOBALISMO, pouco conhecido e muitas vezes com ele confundido.

O processo de GLOBALIZAÇÃO também possui perceptível efeito no campo psicossocial, apreciável pelo chamado “efeito CNN”.

No campo militar, ainda que em menor grau, também é possível observar-se um processo de GLOBALIZAÇÃO dos principais temas que afetam tanto à segurança quanto à defesa.

Se enfocar cada um desses termos de forma isolada é complexo, relacionar GLOBALIZAÇÃO com SOBERANIA, tentando verificar como aquela reage com esta, e se de alguma forma a modifica ou restringe, é uma tarefa muito mais complexa.

Inicialmente serão apresentados conceitos clássicos de SOBERANIA, a percepção do vocábulo, o entendimento existente, e discutidas algumas nuances atuais do conceito.

A seguir buscar-se-á apresentar a GLOBALIZAÇÃO, não somente no seu componente puramente econômico, pois é ingênuo não se admitir que o fenômeno GLOBALIZAÇÃO envolve todas as expressões do Poder, à medida em que tem o potencial de alterar as condições de relacionamento entre Estados.

Ao longo de cada fase do trabalho tratarei de apresentar situações práticas que corroborem as idéias apresentadas, e que contribuam para facilitar a fase de conclusões.

Como conclusão serão apresentados aspectos relevantes do trabalho realizado, identificando pontos polêmicos sobre o tema, buscando entender de que forma essa relação-GLOBALIZAÇÃO e SOBERANIA- se dá na prática, e que caminhos podem ser trilhados para conviver com esta realidade.

Para finalizar, serão apresentadas possíveis maneiras de gerenciamento da realidade da relação GLOBALIZAÇÃO-SOBERANIA, sempre tendo em mente que as propostas devem obedecer ao

pressuposto básico de que a SOBERANIA é um atributo do Estado.

CAPÍTULO I

SOBERANIA

Antes de iniciar a abordagem do tema SOBERANIA, é preciso registrar a importância e o sentimento forte que o vocábulo demonstrou ser possuidor, fato este possível de ser observado ao longo de um ano de convivência no Colégio.

Tal realidade me fez buscar estudar , com mais profundidade ainda, tudo o que se relacionasse com o assunto, tendo encontrado na Biblioteca do Colégio, nos Dicionários de Sociologia, estudos bastante completos sobre SOBERANIA, de forma que vou, em realidade, no tratamento doutrinário ,me valer de um resumo dessas fontes.

Subsequentemente, quando estiver abordando a fase mais atual, me valerei de outros autores.

De qualquer forma, de antemão, fica caracterizado que a abordagem sobre o tema terá como parâmetro o marco referencial teórico, para ser possível se dispor de uma base aceitável de discussão, quando formos reagir SOBERANIA com GLOBALIZAÇÃO.

Do ponto de vista da ciência política convém, segundo M. Duverger, centrar o conceito. Por ser o Estado a comunidade humana melhor organizada e mais solidária, conta com uma supremacia de fato sobre as outras comunidades de menor grau.

“A supremacia é uma noção de fato, sem juízo de valor: a soberania é o elemento do sistema de valores em que a supremacia do Estado é considerada como boa: assim a teoria da soberania é uma justificação da supremacia”.

Da necessidade do Estado para a vida social surge a soberania como valor fundamental.(M.Duverger:Instituciones políticas y derecho constitucional,Ariel, Barcelona, pág.53 y ss).

Ao relacionarmos Soberania com o Estado , precisamos , em função do ambiente em que o Estado está atuando, definir Soberania no Estado, campo interno, e Soberania do Estado, campo externo.

A primeira é concernente a hierarquia entre as autoridades públicas. O problema da soberania no Estado resulta ser o problema essencial da teoria do Poder. Esse tem que ser justificado.Necessita de um titular legítimo. Devido a isso,as diversas teorias da legitimidade se chamaram teorias da soberania:soberania real, soberania nacional.

A soberania do Estado, a sua vez, afeta o lugar que ocupa em relação a outros grupos externos. Traduz, nos planos teórico e jurídico, o fato da superioridade material.

Definidos os campos de atuação da soberania do Estado, e de forma a melhor entender esse conceito,fundamental para a própria existência do Estado, vejamos alguns aspectos da evolução histórica do conceito.

Originariamente o termo está ligado ao surgimento do Estado nacional do fim da Idade Média. O desenvolvimento econômico possibilitou que a burguesia nascente reivindicasse um poder central forte, que concentrasse nas mãos do rei todas as forças. A soberania surge por um fenômeno de centralização do poder realizado pelos monarcas.

A doutrina da soberania foi elaborada , segundo Duveger, na França ao final da Idade Média, no decorrer da luta da monarquia contra o Império e o Papado ,ao mesmo tempo que contra os senhores feudais.Deve se atribuído aos juristas franceses daquela época o fato de se fazer da soberania uma qualidade essencial do Estado, inerente mesmo à sua natureza.Assim, no dizer de Loiseul “é a forma que dá forma ao Estado”.

Com o triunfo do Estado-Nação, a soberania, ao generalizar-se, se converte na base das concepções jurídicas relativas ao Estado.

No século XVI, Bodino formula a doutrina da soberania, definindo-a como “ o mais alto poder sobre os cidadãos e os súditos, acima das leis”.Por absoluta é ilimitada em sua atribuição, carecendo de limites jurídicos.Não

obstante, reconhece os limites que impõem o Direito Divino e o Direito Natural. Não existe solução de continuidade para o exercício da soberania. O Estado é um ente perpétuo e a soberania tem que ser também um poder perpétuo. Como curiosidade, daí é que surge a conhecida frase - “ O rei está morto, viva o rei !”.

No século XVII, com Hobbes a soberania se configura sem nenhum gênero de limitações. Nele se encontra a mais vigorosa expressão do conceito de Estado.

A grande modificação que vai ocorrer, com Locke, é que se a titularidade da soberania pertencia ao rei, ela passa a residir agora no Parlamento, que representa o povo.

No século XVIII, Rousseau afirma, sem reservas, que o poder soberano não pertence ao monarca, e sim ao povo. Este, em virtude do contrato social, outorga ao governante, que pode ser o rei ou não.

O abade Sieyès, por outro lado, torna viável a soberania nacional, ao diferenciar o direito, do exercício da soberania. Deste modo o direito pertence ao povo, que, ao não poder exercitá-la, a delega ao governo. Porém, os governantes, uma vez eleitos, tornam-se independentes de seus eleitores e atuam em nome da nação inteira. A esta teoria correspondem as denominações representação nacional e mandato representativo.

Depois da Revolução Francesa essa diferenciação se desvirtuou. Foi realmente a aparição do sufrágio universal o fato que, ainda que não totalmente, traduz em realidade a idéia de soberania nacional.

No século XIX, autores conservadores, entre eles os franceses Bonald, Demaison, o suíço Haller e o alemão Stahl, tentaram justificar os regimes monárquicos e aristocráticos europeus.

Surge, também, uma postura que busca ser equilibrada e conciliadora entre a soberania nacional e o rei, o chamado doutrinário.

Junto com essas teorias há que mencionar aos negadores da soberania. Temos, assim, Duguit, que a considerava como fato subjetivo, sem cabimento portanto na ciência objetiva. Outro autor, Kribbe, propugnava que a soberania não estava embasada na coletividade, e sim no direito.

Chegamos a um ponto muito importante da evolução conceitual de soberania, qual seja o da Revolução Industrial.

A convergência da soberania com o nacionalismo e, conseqüentemente, a acentuação das forças centrífugas da sociedade internacional, foram consideradas por Truyol como um ponto de deturpação da idéia de soberania. Por mais paradoxo que possa parecer, esse fato ocorre durante a Revolução Industrial, quando há um maior interrelacionamento e independência dos povos.

Se em algum momento o conceito de soberania ilimitada do Estado pode ter tido uma base sociológica, em sua evolução posterior desaparecerá. E, o Código Internacional de Malinas, em seu art 12, explica soberania segundo o então contexto histórico social.

Afirma: “ Ante o intenso desenvolvimento da vida internacional, a qualidade de sociedade perfeita dada ao Estado somente se pode entender em um sentido muito restrito. O estado continua sendo sociedade perfeita no sentido de que possuiu a plenitude da autoridade para manter em seu interior a ordem, a paz e a justiça, porque não se concebe um Estado universal que submeta a sua jurisdição imediatamente a todos os membros da família humana. Porém, não é sociedade perfeita, se por tal se entende a que, por seus próprios meios, procura dar a seus membros o bem estar completo da vida humana, tal qual em nossos dias o tem feito possível os progressos da civilização e os fecundos recursos de uma cooperação internacional harmonicamente organizada.”

Após essa repassada sintética pela evolução do conceito de SOBERANIA, chegamos aos dias atuais, sendo esse o momento de discutir como é entendido em função da realidade vivida no tempo presente.

Antes, porém, é preciso reafirmar que a SOBERANIA, mais do que um objetivo, é um atributo do Estado.

Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, foi, pelo arbítrio de suas razões, a causa da construção viciosa do Direito Internacional. Ainda hoje apresentam-se as mesmas contradições.

Vejamos a seguinte indagação .Cada vez que um Estado entra em um proceso de discussão para levar a cabo um acordo internacional, não está de alguma forma “renunciando” a parte de sua soberania? Como se explica esta aparente contradição entre soberania do Estado e realidade superestatal?

Aproveitando o “background” histórico do conceito, recordemos que nem Bodino nem a doutrina medieval conceberam um Estado soberano como

ilimitadamente independente, desvinculado de todo ordenamento superior. Na realidade , o Estado era submetido ao Direito Divino e ao Direito Natural, assim como ao Direito das Gentes.

Em resposta à indagação podemos dizer que, caso o Estado tenha participado do processo de discussão do acordo, e o tenha aceitado, na realidade exerceu a sua soberania .

Porém, no caso de não ter participado do processo, ou de não tê-lo aprovado por, digamos, lesivo aos interesses do país, a tentativa de impôr decisões seria um ato atentatório à soberania do Estado, ressalvado o fato de não estar o Estado cometendo alguma violação do Direito Internacional ou a acordos firmados.

O que podemos inferir é que houve uma substituição do Direito Divino por um acatamento voluntário à regras de convivência internacionais, como um dos “limitadores” do exercício da soberania.

Mas, se existem discussões, debates, divergências de posição , como pode um Estado assegurar a sua capacidade de exercer a sua soberania?

Norberto Bobio nos assegura que a soberania está intimamente relacionada ao poder que dispõe uma nação de evitar, por dissuasão ou efetiva ação de Força, que outras nações venham ferir o seu espaço de independência.

Podemos afirmar que hoje, no concerto das nações , soberana é aquela que pode responder pela sua independência.

Parece cada vez mais válida a afirmação de que a fragilidade da segurança torna a nação vulnerável e estimula a agressão , considerada esta sob qualquer forma.

O mundo em que vivemos é um mundo injusto, no qual a única linguagem entendida é a do poder.

A falta de poder por parte de alguns Estados, e a sensação de extremo poder por parte de outros, conduziu a discussão de alguns temas totalmente inaceitáveis , como o do “DEVER DE INGERÊNCIA” e o chamado “PRINCÍPIO DA SOBERANIA LIMITADA”.

Lorenzo Carrasco , jornalista e diretor do Instituto Schiller, alerta que qualquer desses procedimentos , com resolução aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), representará um instrumento na mão das nações

mais poderosas para o controle dos recursos naturais do planeta, bem como um instrumento válido para legitimar intervenções, na solução de problemas internos de qualquer país do mundo , para os quais se julguem competentes.

Antes de passar ao contraponto do conceito de SOBERANIA, qual seja o fenômeno GLOBALIZAÇÃO, cabe dizer que os países menos desenvolvidos não devem julgar que são alvo da sanha do mundo desenvolvido, mas que não devem ser ingênuos. Devem ser necessariamente céticos aos acenos de “amizade”, pois sempre é bom recordarmos que “entre as nações não há amizade, e sim interesses”.

Finalmente, a única forma de uma nação poder aspirar a exercer a sua soberania é dispôr de um poder nacional compatível com a sua estatura político-estratégica.

CAPÍTULO II

GLOBALIZAÇÃO (EXPRESSÃO ECONÔMICA)

Conforme foi colocado anteriormente, a faceta econômica do fenômeno GLOBALIZAÇÃO é a mais visível, a mais conhecida , e por isso mais discutida.

Ao longo do processo de desenvolvimento econômico dos povos, a busca de novos produtos, matérias - primas e mercados, entre outros fatores, tem sido uma constante.

Podemos identificar no passado mais remoto as estórias de Marco Pólo, os intercâmbios entre povos do Este e do Oeste, as grandes feiras da Europa medieval, as dissensões entre os grandes centros comerciais que conduziram a guerras e destruição, como as Guerras Púnicas entre Roma e Cartágo, todos

exemplos de que o processo dinâmico da economia tem como uma de suas características o de não respeitar fronteiras geográficas.

No século XV, podemos verificar, à luz dos fatores da produção(capital, mão-de-obra, matéria-prima e tecnologia), que o fechamento do fluxo Este - Oeste ,em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos, vai ocasionar o ciclo das Grandes Navegações e a descoberta de novas terras, quando ficaram bem evidenciados os papéis que cada parte desempenhava.

Aos colonizadores cabia dispor do capital e do conhecimento tecnológico disponível à época, e aos territórios colonizados era reservado o papel de fornecedores das matérias-primas e de mão-de-obra barata, muitas vezes escrava.

O produto final do trabalho, ainda que de forma muito incipiente , possuía o germe do que hoje é conhecido como “Produto Mundial”.

Os processos de produção se modificaram por intermédio das Revoluções Industriais e de todo o arsenal de descobertas científico-tecnológicas ocorridas no presente século, mas a lógica permanece a mesma.

Cabe aqui uma indagação. Na prática, em termos de produção de bens, qual a diferença entre um “produto mundial” de hoje, para um produto dos séculos XVIII e XIX que utilizava fatores da produção de diversas origens?

Uma análise fria nos conduz a dizer que devemos apreciar o processo com atenção, para ,de forma isenta, podermos obter uma resposta à questão anterior.

Se é verdade que houve um grande incremento nos fatores da produção, especialmente na tecnologia aplicada ao processo produtivo, e um apequenamento do mundo em que vivemos,em função dos meios de transportes e de comunicações, a realidade é que , no meu entendimento, a grande diferença está na capacidade de gerenciamento do processo como um todo .

Vivemos a Terceira Revolução Industrial , a Era da Cibernética, a Era da Informação, na qual a capacidade de difusão de informação, entre a ocorrência do fato e o seu conhecimento nos mais distantes rincões do planeta, é praticamente instantânea.

Mas, qual é o impacto que exerce sobre a GLOBALIZAÇÃO?

O conhecimento permanentemente atualizado da situação em nível mundial , algumas vezes “antecipado”, em função da diferença de fuso horário, permite , por exemplo, uma decisão com o menor risco, por exemplo, a respeito de uma aplicação de capital.

Decisões sobre o que produzir, quanto produzir e aonde produzir podem ser adotadas a partir do conhecimento antecipado da previsão meteorológica, possível pela utilização de supercomputadores, e pelo acompanhamento da situação política nos diversos países que interferem no processo.

Enfim, decisões técnico - políticas muitas vezes são tomadas ao largo do controle de muitos Estados, os quais, na maioria das vezes, não tem condições de interferir no processo, por não dispor de capacidade para gerar conhecimento.

Alvin e Heydi Toffler em sua trilogia e em Guerra e Anti-Guerra apontam o fim da “Era da Chaminé” e o início da Era do Conhecimento.

Mas, o que se ler disso?

A participação no processo produtivo como “chaminé”, embora importante para um país, como gerador de divisas, empregos, etc, nem de longe atinge o patamar daqueles que detém o conhecimento do processo produtivo de forma global.

Em resumo, é preciso ter condições de participar do processo de desenvolvimento do “know why”, não apenas ser parte do “know how”, mão-de-obra momentaneamente interessante ao processo, por barata, por exemplo, mas que pode mudar de país ou até mesmo de continente em função de melhores condições em outras áreas, ou a sua substituição por robots.

Enfim, é indispensável dispor de condições para participar do processo inteligente de elaboração do conhecimento envolvido no processo produtivo.

Entender como suficiente a participação no processo como “chaminé”, não desenvolvendo a capacidade de conhecimento , é praticamente admitir, ainda que não conscientemente, a perpetuação ou mesmo a ampliação do “gap tecnológico”.

É uma decisão política difícil de ser adotada, uma vez que não participar do processo é, podemos dizer, assinar o atestado de óbito da economia, e participar do processo como “chaminé” pode significar uma sobrevida, mas não uma solução segura e duradoura.

Observamos na apreciação acima a presença de elementos de capital, mão-de-obra e tecnologia(conhecimento).

É hora de nos referirmos ao outro fator da produção, as matérias-primas.

Analizando-se as condições atingidas pelos países, adotando-se como parâmetro a existência de matérias-primas em seu território, verifica-se que aqueles que basearam a sua economia na exploração dessas riquezas, sem agregados tecnológicos, encontram-se em um patamar mais baixo na escala de desenvolvimento.

Deve-se levar em conta ,ainda, o fato de que muitas matérias-primas estão sendo substituídas por produtos desenvolvidos em laboratórios, ou estão com demanda reduzida em função da reciclagem dos produtos ou de superoferta, com conseqüente redução dos preços

Do ponto de vista puramente econômico, é possível avaliar-se que o fenômeno GLOBALIZAÇÃO é algo que não é novo, faz parte da vida das nações há muito tempo.

É perceptível , porém, na atualidade,em função da capacidade de produção de conhecimento, da velocidade dos meios de transporte, do incremento da capacidade de movimento de grandes volumes a largas distâncias, que a interdependência da estrutura econômica , em escala mundial, é muito maior.

De forma direta,ou algumas vezes de forma subreptícia, o processo atinge os Estados na sua liberdade de conduzir, de forma autônoma e absoluta, decisões sobre matérias de cunho econômico.

Para exemplificar, vejamos alguns fatos ocorridos no Brasil,no contexto da economia globalizada.

Com o processo de formação de blocos econômicos(NAFTA, CEE, MERCOSUL, ASEAN, etc), que também é um fenômeno econômico importante nos anos 90, onde economias se integram para serem mais competitivas em nível mundial, as empresas automobilísticas buscaram se estruturar em todos os blocos, para não perderem as vantagens comparativas decorrentes do fato de pertencerem ao bloco.

A instalação de indústrias , não apenas montadoras, gera um grande número de empresas que se estabelecem para fornecer as autopeças necessárias, gerando divisas e empregos.

É óbvio que no estudo de viabilidade do investimento, as empresas analisam a situação do país como um todo, a capacidade da mão-de-obra, o seu mercado potencial, seu risco, e também a capacidade do produto ser exportado para o bloco em que foi inserida a fábrica.

Uma decisão governamental tomada para reduzir desigualdades regionais, especificamente a sudeste, que possui a maior concentração da indústria automotiva, e a região nordeste, a mais atrasada do País, a de conceder incentivos fiscais à instalação de indústrias no Nordeste, atribuição do Estado, foi contestada por países que se acharam prejudicados, ameaçando levar a questão a julgamento da Organização Mundial do Comércio(OMC).

Entre as diversas posições que estavam envolvidos nessa questão encontramos a de países concorrentes no processo de seleção, a dos países que tinham mercados ameaçados para a sua indústria e a de parcela das empresas já instaladas no País.

Semelhante ameaça já havia ocorrido quando, para solucionar um problema no Balanço de Pagamentos, o Brasil havia decidido estabelecer um sistema de cotas à importação de veículos.

Da mesma forma, diversos países produtores de automóveis se julgaram no direito de discutir a decisão, apreciar os acordos internacionais à sua conveniência e de solicitar sanções à OMC , como castigo por esta afronta ao “livre comércio”.

Entretanto, de forma bastante clara, alguns desses países aplicam medidas protecionistas aos seus produtos, de modo a garantir estabilidade econômica, nível de emprego, etc, e não observam integralmente as regras do chamado “livre mercado”.

A seguir, dois outros enfoques.

Em uma área totalmente distinta, de alta tecnologia, a área espacial, o Brasil recebeu pressões de toda ordem , de empresas (leia-se Governos) dos mais diferentes quadrantes do globo, para participar do Programa Espacial Brasileiro, com o objetivo não declarado de, no mínimo , monitorar o grau de desenvolvimento tecnológico alcançado.

Na área da agricultura, o acompanhamento da situação meteorológica na Califórnia- EUA-, é de fundamental importância para a Bolsa de Mercadorias de Futuros de São Paulo e, especialmente, para a citricultura brasileira. A possibilidade de realizar a pesquisa meteorológica em bases modernas foi fundamental para o ajustamento do setor às demandas do mercado mundial, em especial ao americano.

Poderíamos citar um sem número de exemplos que comporiam um quadro mais amplo da abrangência do fenômeno GLOBALIZAÇÃO com referência ao campo econômico, mas busquei com os citados ressaltar alguns aspectos que julgo relevantes :

- importância da capacidade de produzir conhecimento;*
- instantaneidade na difusão das informações;*
- participação em todas as fases do processo produtivo; e*
- importância da OMC.*

A existência de um Organismo Internacional, no caso a OMC, que estabelece condições que são votadas por um conjunto de nações heterogeneamente distribuídas no espectro de desenvolvimento econômico, com diferentes níveis de Poder Nacional, mas que uma vez aprovadas tem aplicabilidade “homogênea” para todo o conjunto de países-membros, é um fator relevante no presente estudo.

CAPÍTULO III

GLOBALIZAÇÃO (EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL)

No que diz respeito a expressão psicossocial, a parte mais visível é o chamado “efeito CNN”.

A capacidade de gerar informação sobre qualquer fato em qualquer área do mundo, ultrapassando os diversos mecanismos de modelagem da divulgação do acontecimento, modificou integralmente a forma como passaram a ser apreciados os fatos.

De leitor de uma notícia de um evento ocorrido distante, no tempo e no espaço, o que nos tornava menos suscetível de responder de pronto ao estímulo da informação, temos agora a possibilidade de participar do fato, na hora em que está ocorrendo, com todo o impacto que gera no nosso mecanismo de resposta.

Podemos nos lembrar de Peter Arnet, repórter da CNN, transmitindo do seu hotel em Bagdá, ao vivo e a cores, possível graças à tecnologia do seu equipamento, os ataques noturnos das forças aliadas e a resposta da artilharia antiaérea iraquiana.

Mais recentemente, podemos citar as imagens fortes dos refugiados na África, as imagens da guerra civil na ex-Iugoslávia, que sem nenhuma dúvida foram fatores decisivos na formação da opinião pública mundial favorável à ação da ONU.

Finalmente, pudemos acompanhar diretamente de Lima, capital do Perú, toda a ação militar desenvolvida para a liberação dos reféns, com inserções desde Tóquio, no outro lado do mundo, e de Washington, EUA.

Comentários, análises, pronunciamentos oficiais, ao mesmo tempo em que os bombeiros ainda não haviam terminado de apagar os últimos focos de incêndio, dão a exata medida do que se quer dizer com instantaneidade da informação e capacidade de influência na formação da opinião sobre um fato.

Não serão objeto de análise as implicações das situações semelhantes ocorridas com as imprensas nacionais, por escaparem ao universo de estudo do presente trabalho.

A capacidade de transmissão de informações via satélite, e a sua possível obtenção em diferentes partes do mundo, faz com que tenhamos condições de estar ao par de acontecimentos, de acompanhar a situação de outros países, de fazer julgamentos de fatos e de influenciar decisões que, na maioria das vezes, não nos afetam diretamente.

Ressalta de importância, pois, a capacidade de influência no processo de formação de opinião pública em nível mundial, com possibilidade de interferir no processo decisório em níveis locais.

O perigo da manipulação dos dados a serem difundidos, a utilização dos meios de comunicações por grupos de pressão, e a possibilidade de uma visão parcial e intencionalmente deturpada, fazem parte do nosso cotidiano.

Nesse contexto, a ação dos Estados, muitas vezes sobre assuntos que são de sua competência exclusiva, é influenciada pela chamada Opinião Pública Internacional, que é formada a partir da difusão de dados nem sempre verídicos ou isentos.

É pertinente citarmos que, quando estamos imersos nesse campo, estamos tratando de princípios, valores, ética, moral e realidades diferentes, enfim, tudo o que conforma um ser humano e a sociedade em que ele vive.

Um dos grandes problemas com que nos defrontamos é que a informação nem sempre é acompanhada do necessário posicionamento sobre a realidade do meio-ambiente onde ocorreu o fato.

Intencionalmente, em diversas situações, a partir de uma situação difundida de modo parcial, cria-se um clima favorável à obtenção de apoio aos objetivos que atendam aos interesses de algum grupo de pressão.

Para fazer frente a essa possibilidade, os Estados devem dispor de um eficiente Sistema de Inteligência, capaz de detectar essas intenções, e de instrumentos políticos capazes de se contraporem a essas posições.

Em realidade, no dia-a-dia estão em jogo um sem número de interesses, de todas as naturezas.

Para exemplificar e tornar mais clara a idéia que pretendo transmitir, vejamos o caso da mão-de-obra infanto-juvenil, que tanto horror causa nos países social e economicamente mais desenvolvidos.

É uma realidade cruel, um fato concreto, uma verdade absoluta, mas que tem que ser analisada à luz das realidades locais, das verdades por que passa a sociedade onde ela ocorre.

É impossível se julgar, por exemplo, fatos sociais ocorridos no continente africano utilizando parâmetros da sociedade sueca.

Entretanto, essas distorções ocorrem, muitas vezes de forma deliberada.

Conforme foi citado acima, a existência da mão-de-obra infanto-juvenil é uma triste verdade que, no entanto, tem que ser analisada no contexto da realidade sócio- econômica do país.

Parece claro que a ninguém e a nenhum país interessa ver suas crianças trabalhando, fora da escola e das brincadeiras características da idade. Entretanto, a necessidade de complementar o orçamento doméstico muitas vezes impõe que isso ocorra. Não se trata de concordar com o fato, mas de entender o porquê de sua existência.

Se por um lado é real o que citamos acima, também é verdade que muitos governos adotam uma posição de “afastamento do problema”, até por não disporem de capacidade para enfrentá-lo com o mínimo de possibilidade de solução.

Mas, o que tem a GLOBALIZAÇÃO a ver com isso?

Aparentemente nada, mas, se formos pesquisar mais a fundo, podemos encontrar pelo menos dois grandes grupos de interesses.

O primeiro, genuinamente humanitário, pretende influenciar os governos e as sociedades a adotarem procedimentos que reduzam ou eliminem as causas dessa iniquidade social.

Utilizam todos os meios de persuasão e pressão, especialmente a mídia, atuando sobre o psicossocial da sociedade-alvo, para fazê-la agir de acordo com o interesse de resolver o problema.

É a face boa da GLOBALIZAÇÃO, podemos dizer.

O segundo, e que muitas vezes aparece travestido do primeiro, age por interesses econômicos, uma vez que o seu interesse está voltado para a mão-de-obra barata representada pelas crianças e jovens, e que possibilita a redução do custo final dos produtos. É um interesse de cunho econômico.

É, na maior parte dos casos, perceptível a delimitação dos interesses em jogo, em função dos instrumentos utilizados.

Da busca da persuasão do Estado na tomada de decisões no campo social, da oferta de projetos de auxílio econômico com destinação exclusiva para o campo social, que de certa forma caracterizam a visão humanitária, passa-se a utilizar o recurso à Organizações Internacionais como forma de pressão, como a Organização Internacional do Trabalho(OIT).

O objetivo nesse último caso é majoritariamente econômico.

É bom recordar, para não se ficar com a falsa idéia de que esse processo é novo, que a ação da Inglaterra frente à escravidão foi muito mais ligada à Revolução Industrial do que à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Era preciso acabar com a mão-de-obra barata que praticamente inviabilizava a indústria textil inglesa.

A capacidade de percepção dos interesses em jogo ,conjugada com a adoção de decisões políticas coerentes e auônomas, permite avaliar o grau de independência do Estado.

Ao tratarmos do campo psicossocial, onde estudamos a comunicação como meio de divulgação de idéias e interesses, não podemos deixar de citar a importância da INTERNET, pelo potencial praticamente ilimitado que oferece para a difusão e discussão , inclusive no nível pessoal, de idéias, por mais absurdas que sejam, com um mínimo grau de possibilidade de controle.

Em se tratando de influência global, não podemos deixar de fazer referência às mudanças de comportamento e à criação de hábitos que são decorrentes da disseminação de padrões, quer seja por meio da televisão, via filmes e novelas, quer seja pelo cinema.

Tais padrões,normalmente,conduzem a uma situação favorável a adoção de um modismo que pode ser utilizado para um fim que nem sempre aparece claro nas mensagens.

O que se quer demonstrar é que as decisões dos Governos estão envolvidas em um grande número de variáveis, nas quais se encontra a utilização de aspectos no campo psicossocial, que ganham relevância em função da exploração da opinião pública internacional, conduzida para que atue sobre os diversos governos, no sentido de apoiar os interesses , ainda que velados, dos diversos grupos de pressão.

A possibilidade de reagir ou neutralizar essas ações está intimamente ligada à capacidade do Poder Nacional.

CAPÍTULO IV

GLOBALIZAÇÃO (EXPRESSÃO POLÍTICA)

Para poder apreciar a faceta política do fenômeno globalização vou me valer de uma expressão matemática que pretende explicar qual o tipo de estratégia um país pode adotar, segundo a visão do estrategista francês Gen. Beaufre.

$$E = f(k, y, t)$$

onde:

E= estratégia a ser adotada

(f)= função de

k= LIBERDADE DE AÇÃO

f= forças materiais (expressões econômica e militar)

y= forças morais (EXPRESSÕES POLÍTICA e psicossocial)

t= tempo disponível

O que essa expressão nos quer dizer, é que não é somente a apreciação dos fatores clássicos do Poder Nacional que vai permitir a identificação da postura possível de ser adotada.

Existem dois outros, o tempo e a liberdade de ação. Vamos nos aprofundar na liberdade de ação.

Ao observarmos o mundo hoje, com informações quase que instantâneas, com uma possibilidade de divulgação de idéias impressionante, chegamos à conclusão que, um dos maiores limitadores à adoção de uma determinada postura por parte de um país, está na possibilidade dele criar uma situação internacional favorável, ou pelo menos neutra, à sua pretensão, o que garante a liberdade de ação para buscar a implementação da decisão.

É óbvio que o país pode, se tiver Poder Nacional para apoiar a tomada da decisão, adotar qualquer postura, ainda que não disponha da liberdade de ação para fazê-lo, ou seja, contra a opinião pública mundial, considerando-se que disponha de apoio interno para tal.

Ao implementar a decisão por sua conta e risco, por fracasso de sua política exterior em obter a liberdade de ação para a adoção da decisão em questão, o país está, na realidade, criando as condições para o surgimento de um quadro internacional restritivo à liberdade de ação em questões futuras, além de chamar para si o antagonismo de países e grupos de pressão.

Podemos citar, como exemplo, a decisão francesa de realizar testes nucleares no Atol de Mururoa, apesar de toda a crítica mundial.

Esse ato de demonstração de força resultou em uma “projeção de poder”, mas a um custo político ainda por ser avaliado

Apenas para exercício mental, imaginemos um país, com menor poder nacional, comparado ao da França, adotando uma posição contrária à vontade internacional, contra algum chamado “valor maior da humanidade”, tendo contra si toda uma campanha da mídia internacional, o que nos liga ao capítulo anterior. Qual seria a reação esperada?

Com certeza o desencadeamento de represálias econômicas, sanções políticas e resoluções de Organismos Internacionais, entre outras respostas.

Na busca de liberdade de ação para implementar decisões políticas ressaltam de importância os foros internacionais privilegiados, no caso os Organismos Internacionais, como a ONU ou a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Se observarmos atentamente as grandes decisões que afetaram o mundo ou a nossa região nos últimos anos, vamos verificar que cada vez mais são buscados esses ambientes para legitimar interesses de países ou de grupos de pressão, ainda que ,mesmo de forma isolada, os países dispusessem de poder nacional capaz de apoiar a implementação de qualquer decisão.

Podemos citar , como tendo sido obtida essa liberdade de ação a Guerra do Golfo, a atuação na Bósnia-Herzegovina e a invasão do Haiti .

Como falta da liberdade de ação a não-intervenção na Chechênia e na questão Israel- Palestina.

Observa-se , pois, que dispor de capacidade para implementar uma ação não é fator suficiente para a sua execução, caso não haja liberdade de ação para fazê-lo, ou que não se esteja disposto a correr o risco calculado, de natureza política, oriundo da decisão de aplicar o poder.

A soma das experiências , positivas e negativas, vai traçando um perfil cada vez mais restritivo à aplicação de poder, sem liberdade de ação.

A aplicação de poder não deve ser vista como sinônimo de aplicação de poder militar. Deve ser entendida como qualquer manifestação de poder, com base em qualquer das suas expressões.

Aparentemente, o quadro restritivo à liberdade de ação para implementar uma decisão de política interna, portanto da competência soberana do Estado, somente existe para os países de menor poder nacional. Em realidade, esta é a regra geral. Para comprovar a regra, vou citar uma exceção, qual seja o quadro restritivo criado em relação à aplicação da Lei de Imigração dos Estados Unidos da América do Norte (EUA).

O que deveria ser um problema de foro interno de um país , qual seja legislar sobre imigração, está sendo tratado sob o ponto de vista da influência que essa decisão tem sobre terceiros, em função de aspectos econômicos, políticos e psicossociais, buscando criar um quadro internacional que reprove tal lei, visando restringir a liberdade de ação para a sua aplicação.

Ao longo deste capítulo, procurei apresentar um quadro da realidade das transformações no campo político que temos que entender, dimensionar e estudar com profundidade, para podermos realizar, caso necessário, algum ajuste no processo de condução política, considerando, principalmente, as restrições à liberdade de ação decorrente de compromissos internacionais.

Nesse contexto, há um fato político da maior relevância, que, ainda que de âmbito regional, tem estreita relação com o assunto do presente trabalho.

Trata-se da implementação do Tratado de Maastrich, na Europa, um processo longo e de certa forma complicado.

O acompanhamento do processo e a análise dos resultados, especialmente das reações dos países-membros em relação às restrições e limitações que advirão das decisões tomadas pelo conjunto de países em órgãos supranacionais, como o Parlamento Europeu, sem sombra de dúvida, poderá conduzir a importantes conclusões sobre tendências da globalização na expressão política e seus efeitos sobre a soberania dos países envolvidos.

CAPÍTULO V

GLOBALIZAÇÃO (Expressão Militar)

Indubitavelmente a parte menos perceptível do fenômeno GLOBALIZAÇÃO é aquela que abarca o campo militar, provavelmente pela sua especificidade e âmbito preferencial de atuação que, na maior parte dos países, é o universo do território nacional.

Entretanto, ainda assim, é possível se apreciar que há uma tendência para se tentar globalizar assuntos de natureza militar, com discussões sobre assuntos de segurança e defesa, incluindo debates sobre missões e atribuições das forças armadas .

Assuntos que dizem respeito apenas à sociedade de um país, como a decisão das missões a serem cumpridas pelas suas forças armadas, a sua estruturação e comando, entre outros, vem sendo discutido em foros não adequados , e por pessoas que não tem atribuição para tal.

Os “experts” civis e os militares de um país tem condições de oferecer à sociedade o rol de missões que respondam aos objetivos nacionais e compromissos internacionais assumidos, sendo totalmente dispensáveis as “orientações” de parte de elementos estranhos à sociedade nacional.

Excluem-se do escopo desse trabalho as reuniões técnico-profissionais inter-países e os intercâmbios de especialistas , alunos e instrutores, por serem parte importante no aprimoramento profissional dos integrantes das forças .

Acresce-se, ao acima citado ,a realização de exercícios com forças armadas de outros países, pelas mesmas razões e por estreitar laços de camaradagem.

Todas essas discussões ,onde se busca a disseminação de idéias-força como - missões de paz ,combate ao narcotráfico,controle civil dos estamentos militares, relações civis-militares - , e as propostas para redução dos efetivos das forças armadas, podemos enquadrar como no contexto de “globalização”

do como devem ser entendidas , organizadas, preparadas e orientado o emprego das forças armadas, segundo a ótica e o interesse de nações com maior poder.

Não se trata aqui de criar problemas aonde eles não existem, mas sim de identificar as causas e os interesses que estão por detrás de tais postulações.

Em Ascensão e Queda das Grandes Potências, Paul Kennedy demonstra, à exaustão,a estreita ligação entre as expressões econômica e militar das nações que foram potência nos últimos 500 anos .

Se analisarmos a situação nos dias de hoje , fica fácil a comprovação dos dados levantados e da conclusão do autor.

A exposição de idéias que visam a diminuir, ou pelo menos restringir, a capacidade operacional das forças armadas no cumprimento da sua missão principal, pode ser aliada a idéia de globalização da economia, onde alguns poucos entram com o “know why” e uma maioria entra com a mão-de-obra.

A combinação de país com capacitação em “know why” com forças armadas com capacidade operacional adequada aos reclamos da estatura político-estratégica do país, conduz não obrigatoriamente à condição de potência, mas seguramente lhe garante instrumentos de conhecimento e de força para, em melhor situação, defender os seus interesses.

A combinação em um país, dos outros extremos, conduz, quase que irremediavelmente, a condição de seguidor das orientações do primeiro grupo, por não dispor de Poder Nacional para apoiar as suas posições.

A equação acima pode ser alterada, e em muitos casos tem sido, em função da capacidade política do país, sua tradição, história,e, principalmente, da habilidade para a condução de processos de negociação.

Observa-se, pois, que devemos atentar para o rumo que estão tomando as discussões sobre forças armadas, para se ter idéia do que se está pretendendo impor às nações, às quais cabe as forças armadas defender,em termos de limitação de um dos pilares para a garantia de sua sobrevivência como soberanas.

Antes de passar a fase de conclusões é fundamental se recordar que a GLOBALIZAÇÃO é um fenômeno que se faz sentir , praticamente de forma simultânea ,em todas as expressões do poder, com capacidade,de acordo com os interesses em jogo, de solapar as bases em qualquer uma delas,

comprometendo o Poder Nacional , e, por conseguinte, a condição de um país adotar a decisão que mais lhe convenha.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

O tema proposto, estudar o conceito SOBERANIA e o fenômeno GLOBALIZAÇÃO, verificando de que forma eles se interrelacionam e se em algum grau há limitação ao Estado, permitiu-me aprofundar a pesquisa e conseqüentemente melhor entender muitos fatos que ocorrem no nosso dia-a-dia.

É um tema aparentemente muito simples, dado que a maioria das pessoas possui algum nível de conhecimento sobre o assunto, pelo menos de ouvir falar.

Talvez daí resulte a fonte primária de muitos equívocos e má interpretações com que frequentemente nos deparamos.

O conceito SOBERANIA é, para alguns, um dogma, uma verdade absoluta, com uma abrangência tendendo ao ilimitado.

O fenômeno GLOBALIZAÇÃO, por sua vez, não é apreciado em sua verdadeira dimensão, o que acarreta uma visão destorcida e simplista.

O estudo do tema conduziu a apreciação de um outro conceito, que, isoladamente, seria motivo de uma profunda discussão, qual seja o de Poder Nacional, que ainda que não tenha sido objeto de um capítulo específico, permeia todo o trabalho.

Posso afirmar que foi um trabalho muito proveitoso em termos individuais, não só pela possibilidade do trato com o assunto, mas principalmente pela oportunidade de , em discutindo idéias com outros companheiros, de meu próprio país e de toda a América representada no Colégio , comprovar o nível de sensibilidade que o tema carrega.

Foi-me possível verificar a oportunidade do tema, ao estudar um trabalho realizado na Universidade da Califórnia, Los Angeles(UCLA),EUA, com o mesmo título, e apresentado, em março deste ano , no Canadá, na “Annual Conference of International Studies Association”

Ao longo do trabalho foram-se confirmando ,a minha percepção inicial , a certeza da dificuldade de aceitação da realidade de alguns fatos, e a convicção de que o assunto merece um tratamento prioritário por parte das elites dirigentes de todos os países, como bem o exemplificam o estudo realizado na UCLA e , certamente,as discussões ocorridas durante a Conferência.

A nossa realidade de vida passará cada vez mais pelo relacionamento , nem sempre amistoso ,entre essas duas realidades, o instituto da SOBERANIA do Estado e o fenômeno irreversível da GLOBALIZAÇÃO .

As leituras realizadas , o aprofundamento no entendimento das partes conceptual e conceitual de cada termo, e a possibilidade da confrontação com fatos reais, permitiram-me chegar a algumas conclusões, bem como ousar apresentar sugestões sobre como abordar o tema, de forma a evitar que necessariamente tenhamos que fazê-lo de forma emocional.

A seguir, passarei a discorrer sobre as conclusões a que cheguei ,e sugerir propostas para desapaixonar o tema.

A primeira e básica conclusão,uma premissa básica, é que SOBERANIA continua sendo um atributo do Estado, sendo indispensável para a sua própria sobrevivência que este disponha do instrumento capaz de mantê-la, o PODER NACIONAL.

A GLOBALIZAÇÃO, fenômeno econômico bastante antigo, ampliou a sua área de influência, espraiando-se por todas as demais expressões do PODER NACIONAL.

Na execução da dinâmica da GLOBALIZAÇÃO encontramos as empresas privadas,as multinacionais ou transnacionais, com tal poder econômico que muitas vezes são fonte de poder em seus próprios ESTADOS, induzindo-os a intervir no processo econômico empregando o seu PODER NACIONAL, no grau e nas expressões que se fizer necessário.

Destarte,hoje não é mais possível observar-se a GLOBALIZAÇÃO apenas como a otimização dos meios de produção, especialmente a partir da ótica do detentor do capital,mas ,principalmente, em função das capacidades trazidas pela Era da Cibernética, como uma realidade que atinge a todas as áreas da atividade humana, talvez, podemos afirmar, em apoio à sua base econômica.

A própria construção dos parágrafos anteriores, saídos ao acaso das idéias que povoam o meu raciocínio, conduz a que seja possível estabelecer uma relação envolvendo não apenas SOBERANIA e GLOBALIZAÇÃO, mas também ESTADO, PODER NACIONAL e EMPRESA.

O esquema ,em termos genéricos, possui a seguinte forma.

No mundo moderno, um ESTADO tem que prover os meios que desenvolvam um PODER NACIONAL que o habilite a dialogar de maneira SOBERANA em um mundo GLOBALIZADO, em que muitas empresas MULTINACIONAIS ou TRANSNACIONAIS e GRUPOS DE PRESSÃO atuam, inclusive, com o respaldo do PODER NACIONAL do seu próprio PAÍS sede, o que pode resultar , no final, no confronto entre PODERES NACIONAIS.

É uma equação bastante simples de se montar ,mas muito difícil de se resolver.

Como último detalhe, para poder responder à indagação original, resta recordar algo da base conceitual de SOBERANIA.

É importante lembrarmos que originariamente, pelo que se pode deduzir de Bodino e da doutrina medieval, que o conceito de Estado soberano não o tinha ilimitadamente independente, desvinculado de ordenamentos superiores. Em realidade, à época, o Estado era submetido ao Direito Divino e ao Direito Natural, assim como ao Direito das Gentes.

De uma forma geral, observando-se apenas do ponto de vista da SOBERANIA, podemos apreciar que os Estados, com a evolução das sociedades, com a diminuição do mundo em função da capacidade dos meios de transporte e, em especial, dos meios de comunicações ,e no qual os entrechoques de interesses foram ficando mais frequentes, buscaram nos Organismos Internacionais um instrumento que servisse de moderador, de mediador e, até mesmo, um regulador. Em assim procedendo, os Estados aceitaram , implicitamente, um certo grau de limitação na sua autonomia decisória.

Os Estados passaram a ter que atender a Convenções , Acordos, Tratados, e uma série de outras formas de entendimento, aceitas como melhor forma de convivência, ainda que ,isoladamente,pudessem não adotar aquela atitude.

Podemos dizer que, evolutivamente, o conceito foi trocando o Direito Divino pelo , digamos, “Direito de Convivência”.

Esse fato , se não subtrai poderes do Estado, pois só está sujeito ao que consentiu, em realidade muitas vezes restringe o emprego do poder para a solução de um problema extraordinário.

Ao necessitar recorrer a ações extraordinárias, de alto risco, em muitas ocasiões o Estado fica com a sua liberdade de ação para fazê-lo tolhida pela percepção externa de que está violando alguma norma estabelecida.

Podemos inferir, em tese, que o conceito de SOBERANIA sofreu uma adaptação, por consentimento dos Estados.

Nesse processo encontramos um elemento que deve ser o mais imparcial e justo, qual sejam os Organismos Internacionais, foros privilegiados entre iguais, onde os Estados buscam entendimentos que conciliem os diversos interesses nacionais divergentes, em nome de um interesse maior - A PAZ -, base para o desenvolvimento das sociedades.

Ao analisarmos o fenômeno GLOBALIZAÇÃO, verificamos que o mesmo, de uma natureza inicial econômica, agora é perceptível em todas as expressões do poder.

“Os Estados não tem amizade, tem interesses”. Repito a frase para ressaltar, no esquema anteriormente mostrado, que a importância dos interesses em jogo potencializa a possibilidade de um Estado empregar meios de seu Poder Nacional, o seu peso específico , para facilitar a consecução de um objetivo , que tanto pode ser da empresa quanto do próprio Estado (ainda que não declarado).

Podemos afirmar que a GLOBALIZAÇÃO, conquanto processo , é neutra e vantajosa para o conjunto de países.

O que em realidade estamos observando, porém , no campo econômico, é uma exacerbação do fator capital, que é detido por poucos e desejado por muitos, o que por si só já cria um quadro favorável a barganhas, disputas e pressões de toda ordem.

Tal situação tem conduzido a que Estados cedam espaço em suas próprias decisões, para poder se beneficiar com alguma forma de participação na repartição do bolo da economia mundial.

Nesse jogo a moeda de troca está lastreada pelo PODER NACIONAL. Quem não dispuser de cacife, não poderá fazer um bom jogo. Em função da capacidade de gerar informações , fato já salientado anteriormente, o blefe é muito difícil.

O que se observa no campo econômico, pode ser passado para os demais campos, especialmente o político e o psicossocial. O militar atua como acessório, sendo empregado para indicar a capacidade existente de implementar uma decisão, quer de natureza política ou econômica.

O reflexo da realidade de um quadro de recursos escassos em relação à demanda ,em nível mundial, faz com que muitas concessões sejam feitas. Quando se trata de investimento , representado por indústrias de porte, o jogo de interesses fica maior. O detentor do capital quer as melhores condições de rentabilidade para o seu investimento, e os países precisam da empresa para gerar divisas, empregos, etc.

Esse quadro desigual favorece ao investidor, que tem condições de obter as melhores vantagens comparativas. Vê-se, então , comumente no mercado, produtos com itens das mais diversas origens, as quais com certeza oferecem os menores custos de produção.

A GLOBALIZAÇÃO econômica, isoladamente, utilizando apenas os mecanismos de pressão econômica, apesar de injusta, tem pouco impacto na capacidade de limitar a SOBERANIA de um Estado. É, em realidade, um quadro de barganha, em que cada um oferece o que pode e o que quer.

O que acontece, na realidade, é que nem sempre a negociação se dá no campo econômico puro, e que os Estados mais poderosos economicamente usam estes espaços para inserir outros pontos na agenda, como cláusulas restritivas referentes a direitos humanos, meio-ambiente, etc, utilizando o momento de fragilidade dos países para tentar impor o seu interesse.

Nesse momento, fica caracterizada a intromissão no sistema de um conjunto de forças que atua sobre um Estado ,com capacidade de restringir o seu direito de decidir por sua própria vontade, fazendo-o agir por pressão dos interesses de outros atores.

Tal processo de pressão pode ocorrer em qualquer tipo de negociação que envolva interesses divergentes, entre países com distintos níveis de poder nacional.

A capacidade de mobilização dos instrumentos de pressão , em nível mundial, por parte dos países com maior poder nacional, é um fator que agrava a situação, pois , na maioria das vezes, os países com menor poder ainda passam a ter contra si campanhas conduzidas para criar um ambiente internacional hostil, reduzindo ao mínimo a sua liberdade de ação.

Ao final do processo, o Governo ainda pode passar a contar com a atitude de reprimenda dos seus próprios nacionais, por “não atuar na defesa dos interesses do país, expondo-o à sanha internacional”.

Como exemplo, podemos citar a concessão de empréstimos por parte de organismos de fomento de desenvolvimento internacional , condicionada a uma postura de defesa dos Direitos Humanos.

Decidir em um quadro como esse é uma arte que muito poucos políticos possuem.

Resta uma indagação.

O que pode ser feito para enfrentar um quadro desses?

Parece-me que a primeira atitude é dispor o Estado de um setor de inteligência, com capacidade de assessorar o decisor com uma apreciação o mais detalhada possível , não só do quadro aparente e do seu entorno, mas, principalmente dos interesses não declarados .

Outra atitude é a de atuar no sentido de ampliar o Poder Nacional, incluindo aí o acréscimo de poder por alianças, organização em blocos, influência em Organismos Internacionais, ampliação do próprio poder, enfim , ações estratégicas que permitam ao Estado dispor de Poder para defender os seus legítimos interesses .

Um último fator que pode facilitar um Estado a fazer frente a um quadro como esse é a discussão profunda do fenômeno, utilizando parâmetros reais do país, de forma a levantar as ações estratégicas a serem desenvolvidas preventivamente, e que conduzirão a uma posição menos vulnerável na hora das discussões.

Ao encerrar o trabalho, respondo a indagação inicial, dando o meu parecer que efetivamente o fenômeno GLOBALIZAÇÃO tem condições de interferir na aplicação do conceito SOBERANIA, na razão inversa da capacidade do PODER NACIONAL de cada Estado , do grau de inserção das

diversas expressões do poder na chamada “aldeia global” em que vivemos e, principalmente, dos interesses envolvidos.

—

MÁRIO JORGE BELL DE CAMPOS - CEL INF QEMA
EXÉRCITO **BRASIL**